

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em 2018, as vendas totalizaram 14,6 milhões de toneladas, uma redução de 3% em relação a 2017, em função da desconexão de ativos, decorrente dos desinvestimentos da Companhia. As vendas de aço no ano de 2018, resultaram em uma receita líquida consolidada de R\$ 46,2 bilhões, 25% superior a obtida em 2017. O EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustada consolidados atingiram R\$ 6,6 bilhões e 14,4%, respectivamente, no ano de 2018, superiores aos valores de 2017 em função, principalmente, do melhor desempenho das Operações de Negócios (ONs) Brasil e América do Norte. O lucro líquido consolidado, ajustado pelos efeitos extraordinários em 2018 atingiu R\$ 2,4 bilhões, expressivo aumento em relação a 2017, principalmente, em função do maior EBITDA ajustado. No exercício de 2018 a Metalúrgica Gerdau S.A. destinou R\$ 245 milhões (R\$ 0,25 por ação) para pagamento de dividendos, um aumento muito expressivo quando comparado com o montante de R\$ 20 milhões (R\$ 0,02 por ação) distribuído em 2017.

Metalúrgica Gerdau S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. A Metalúrgica Gerdau S.A., por meio de sua controlada da Gerdau S.A., é líder no segmento de aço longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos e minério de ferro, atividades que são essenciais a mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações. Além disso, é a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madrid.

INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

Desempenho da Metalúrgica Gerdau em 2018

Consolidado	2018	2017	Δ
Volumes (1.000 toneladas)			
Produção de aço bruto	15.342	16.120	-4,8%
Vendas de aço	14.561	14.937	-2,5%
Resultados (R\$ milhões)			
Receita líquida	46.159	36.918	25,0%
Custo das vendas	(40.010)	(33.313)	20,1%
Lucro bruto	6.149	3.605	70,6%
Margem bruta	13,3%	9,8%	
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(1.671)	(1.661)	0,6%
Despesas com vendas	(580)	(525)	10,5%
Despesas gerais e administrativas	(1.091)	(1.136)	-4,0%
% DVGA/Receita Líquida	3,6%	4,5%	
EBITDA ajustado	6.633	4.314	53,8%
Margem EBITDA ajustada	14,4%	11,7%	

Produção e Vendas

Em termos consolidados, a produção de aço bruto e as vendas de aço no ano de 2018 apresentaram redução em relação ao ano de 2017, devido principalmente aos menores volumes de produção e vendas nas ONs América do Sul, em função da desconexão da Colômbia e do Chile, e América do Norte, pela desconexão das operações de fio-máquina e de vergalhões nos Estados Unidos.

Resultado Operacional

Em 2018, a receita líquida consolidada apresentou aumento em relação a 2017, em virtude do aumento da receita líquida por tonelada vendida em todas as ONs, influenciado pelos maiores preços internacionais. O custo das vendas apresentou aumento em relação a 2017, devido ao aumento do custo por tonelada vendida em todas as ONs, influenciado pelo aumento de insumos em geral. Em termos consolidados, na comparação do ano de 2018 com 2017, o lucro bruto e a margem bruta apresentaram aumento em virtude do crescimento da receita líquida por tonelada vendida ter mais que superado o crescimento do custo das vendas por tonelada vendida. As despesas com vendas, gerais e administrativas se mantiveram em linha em 2018 em relação a 2017, reflexo dos contínuos esforços de simplificação e inovação digital que a Companhia tem realizado nos últimos anos, representando 3,6% da receita líquida em 2018, o melhor percentual histórico da Companhia.

Composição do Ebitda Consolidado (R\$ milhões)	2018	2017	Δ
Lucro líquido	2.241	(405)	
Resultado financeiro líquido	1.934	1.202	60,9%
Provisão para IR e CS	(152)	295	-
Depreciação e amortizações	1.892	2.093	-9,6%
EBITDA - Instrução CVM 1	5.915	3.185	85,7%
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	-	-
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas	414	722	-42,7%
Resultado da Equivalência Patrimonial	(10)	35	-
EBITDA proporcional das empresas coligadas e com controle compartilhado	314	187	67,9%
Reversão de passivos contingentes, líquido	-	(930)	-
EBITDA ajustado²	6.633	4.314	53,8%
Margem EBITDA ajustada	14,4%	11,7%	

Conciliação do EBITDA Consolidado (R\$ milhões)	2018	2017
EBITDA - Instrução CVM 1	5.915	3.185
Depreciação e amortizações	(1.892)	(2.093)
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos 3	4.023	1.092

1 - Medição não contábil calculada de acordo com a Instrução CVM nº 527.
2 - Medição não contábil elaborada pela Companhia. A Companhia apresenta o EBITDA ajustado para fornecer informações adicionais sobre a geração de caixa no período.
3 - Medição contábil divulgada na Demonstração dos Resultados Consolidados.

O EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustada apresentaram comportamento semelhante ao do lucro bruto e da margem bruta em 2018, quando comparado a 2017, sendo o melhor EBITDA dos últimos dez anos.

Resultado financeiro e lucro líquido

Consolidado (R\$ milhões)	2018	2017	Δ
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos¹	4.023	1.092	268,4%
Resultado financeiro	(1.934)	(1.202)	60,9%
Receitas financeiras	211	247	-14,4%
Despesas financeiras	(1.630)	(1.812)	-10,0%
Varição cambial (inclui parcela do hedge de investimento líquido)	(346)	(9)	-
Varição cambial (outras moedas)	23	5	360,0%
Despesa com recompra de passivos	(224)	-	-
Reversão de atualização de bonos contingentes, líquido	-	370	-
Resultado de obrigações por compra de ações	-	6	-
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros, líquido	32	(9)	-
Lucro antes dos impostos¹	2.089	(110)	-
Imposto de renda e contribuição social	152	(295)	-
IR/CS - efeitos cambiais que incluem hedge de investimento líquido	358	9	-
IR/CS - demais contos	(663)	20	-
IR/CS sobre itens não recorrentes	457	118	287,3%
IR/CS sobre reversão de passivos contingentes	-	(442)	-
Lucro líquido consolidado¹	2.241	(405)	-
Itens não recorrentes	181	861	-79,0%
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas	414	722	-42,7%
Despesa com recompra de bonos	224	-	-
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	1.115	-
IR/CS - itens não recorrentes	(457)	(118)	287,3%
Reversão de passivos contingentes, líquido de IR/CS	-	(858)	-
Lucro líquido consolidado ajustado²	2.422	456	431,2%

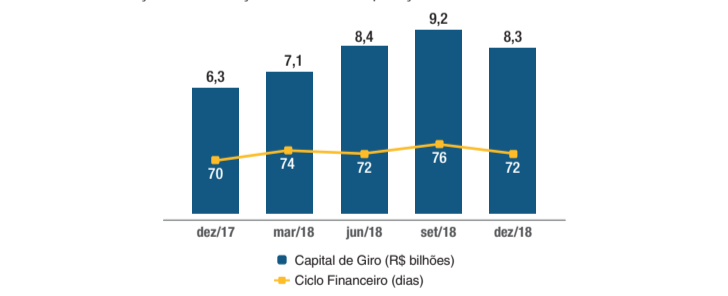
1 - Medição contábil divulgada na Demonstração dos Resultados da Companhia.
2 - Medição não contábil elaborada pela Companhia, para demonstrar o lucro líquido ajustado pelos eventos extraordinários que impactaram o resultado, porém sem produzir efeito caixa.

No ano de 2018 quando comparado com 2017, o maior resultado financeiro negativo é consequência, principalmente, da variação cambial líquida sobre os passivos contratados em dólar norte-americano (depreciação do real frente ao dólar médio norte-americano de 15% nos períodos comparados), efeito que é parcialmente compensado na linha de "IR/CS - efeitos cambiais que incluem hedge de investimento líquido". O resultado financeiro também foi impactado pelos custos incorridos com a recompra de bonos em 2018, demonstrado na linha de itens não recorrentes para a composição do lucro líquido consolidado ajustado.

O lucro líquido consolidado ajustado pelos itens não recorrentes em 2018 apresentou aumento em relação a 2017, principalmente, em função do maior EBITDA ajustado.

Dividendos
No exercício de 2018 a Metalúrgica Gerdau S.A. destinou R\$ 245 milhões (R\$ 0,25 por ação) para pagamento de dividendos, um aumento muito expressivo quando comparado com o montante distribuído em 2017, R\$ 20 milhões (R\$ 0,02 por ação).

Capital de giro e ciclo financeiro
Em dezembro de 2018, o ciclo financeiro medido em dias (capital de giro dividido pela receita líquida diária do trimestre) foi menor em relação a setembro de 2018 em função da redução do capital de giro ter superior a redução da receita, devido à desconexão dos ativos de vergalhões na ON América do Norte e de esforços de otimização em todas as operações.



Composição Da Dívida (R\$ Milhões)	31.12.2018	31.12.2017
Circulante	2.474	2.016
Não circulante	13.082	15.201
Dívida Bruta	15.556	17.217
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	3.326	3.377
Dívida líquida	12.229	13.840

Em 31 de dezembro de 2018, 15,9% da dívida bruta era de curto prazo e 84,1% de longo prazo. Em termos de composição da dívida por moeda, a dívida era 29,2% denominada em reais, 70,2% em dólar norte-americano e 0,5% em outras moedas.

Em 31 de dezembro de 2018, 61,0% do caixa era detido pelas empresas Gerdau no exterior, principalmente em dólar norte-americano.

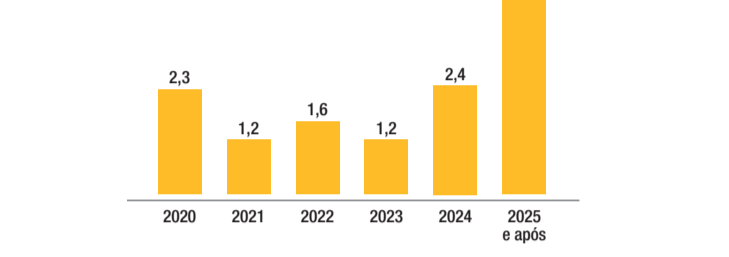
Os principais indicadores da dívida apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	31.12.2018	31.12.2017
Dívida bruta / Capitalização total 1	38%	42%
Dívida líquida ² (R\$) / EBITDA ³ (R\$)	1,8x	3,1x

- Capitalização total = patrimônio líquido + dívida bruta - juros sobre a dívida.
- Dívida líquida = dívida bruta - juros sobre a dívida - caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.
- EBITDA ajustado acumulado dos últimos 12 meses.

A forte redução do nível do indicador dívida líquida/EBITDA de 3,1x, em dezembro de 2017, para 1,8x, em dezembro de 2018, foi consequência da melhora contínua do EBITDA e dos recursos gerados com o programa de desinvestimentos, com foco na desalavancagem financeira e otimização do portfólio de ativos da Companhia.

Cronograma de pagamento da dívida bruta (não circulante)



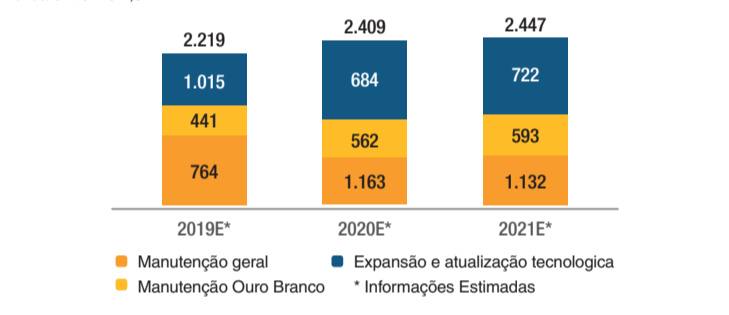
O custo médio nominal ponderado da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2018, era de 6,7%, sendo que 6,8% para o montante denominado em reais, de 5,7% mais variação cambial para o total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 10,7% para a parcela tomada pelas subsidiárias no exterior. Em 31 de dezembro de 2018, o prazo médio de pagamento da dívida bruta era de 67 anos.

Investimentos 2018

Os investimentos em CAPEX somaram R\$ 1,2 bilhão em 2018, voltado para melhorias e manutenções. Do valor total desembolsado no ano, 47% foram destinados para a ON Brasil, 33% para a ON América do Norte, 16% para a ON Aços Especiais e 4% para a ON América do Sul.

Investimentos (2019-2021)

A Gerdau, como evolução do processo de governança da empresa, passa a divulgar seu plano de investimentos em CAPEX para os próximos três anos (2019-2021), totalizando R\$ 7,1 bilhões, sendo classificados em três categorias: • Manutenção geral: com foco em ampliar a excelência operacional nos ativos existentes. • Manutenção Ouro Branco (MG): série de iniciativas referentes à programada parada de modernização da usina em 2022. Em 2019, haverá uma parada programada de 60 dias no alto-forno 1 da usina de Ouro Branco e, em 2020 e 2021, serão realizadas reformas graduais. No período, serão formados estoques estratégicos para o abastecimento regular dos nossos clientes. • Expansão e atualização tecnológica: investimentos para aumento de capacidade instalada e atualização tecnológica em linhas de produtos com maior potencial de rentabilidade. Esses investimentos terão evolução do mercado, visto que serão realizados à medida que se confirmem as expectativas de evolução do mercado e de geração de fluxo de caixa livre para o período, sempre garantindo o cumprimento da nova política financeira da Gerdau, de manter a relação Dívida líquida/Ebitda entre 1 e 1,5x.



Desinvestimentos

No 30 de março de 2018, a Companhia concluiu a venda da sua usina produtora de fio-máquina, assim como duas unidades de processamento para a Optimus por US\$ 99,5 milhões (equivalentes a R\$ 330,7 milhões). A venda incluiu a usina localizada em Beaumont, Texas e as unidades de processamento, Beaumont Wire Products e Carrollton Wire Products. A usina de Beaumont tem uma aciaria com capacidade para produzir aproximadamente 700 mil toneladas curtas de aço por ano, e é capaz de laminar fio-máquina e vergalhões em rolo. Em 29 de junho de 2018, a Gerdau concluiu a venda de 100% das ações da Aza Participações SpA e de suas subsidiárias, Gerdau AZA SA; Aceros Cox SA; Armacero - Matco SA; e Salomon Sack S.A., pela Gerdau Chile Inversiones Limitada - uma subsidiária indireta da Gerdau SA -, ao grupo de investidores chilenos formado pela Ingeniería e Inversiones Limitada; Inversiones Peayosan SpA; Los Andes S.A. de 520.000 toneladas anuais de aços longos reciclados e sua rede de distribuição no Chile. O valor econômico da transação corresponde a US\$ 154 milhões (equivalente a R\$ 594 milhões na data da conclusão da venda). Em 31 de julho de 2018, a Gerdau concluiu a venda de suas duas usinas hidrelétricas em Goiás, por R\$ 835 milhões, para Kinross Brasil Mimeração, subsidiária integral da mineradora Kinross Gold Corporation. As usinas Caçu e Barra dos Coqueiros, inauguradas em 2010, têm capacidade instalada total de 155 MW. Em 31 de outubro de 2018, a Gerdau concluiu a venda de 100% das suas operações e ativos na Índia, incluindo sua unidade industrial de aços especiais naquele país, com capacidade anual instalada de 250 mil toneladas de aço bruto e 300 mil toneladas de aço laminado, para Blue Coral Investment Holdings Pte. Ltd e Mountainpeak Investment Holdings Ltd, por US\$ 120 milhões. No dia 05 de novembro, a Gerdau concluiu a venda de quatro usinas produtoras de vergalhões, assim como unidades de corte e dobra de aço nos Estados Unidos, para a Commercial Metals Company (CMC). O acordo incluiu as usinas de Jacksonville (FL) e Knoxville (TN), Rancho Cucamonga (CA) e Sayreville (NJ), assim como todas as unidades de corte e dobra da Gerdau nos Estados Unidos. O valor econômico da transação é de US\$ 600 milhões, conforme anunciado em 02 de janeiro de 2018, assim como ajustes capital de giro. Com a conclusão da venda dos ativos de Índia e dos ativos de vergalhões nos Estados Unidos, a Gerdau finalizou seu programa de desinvestimentos, passando a focar-se em suas operações com maior rentabilidade nas Américas. O valor econômico dos desinvestimentos realizados pela Companhia desde 2014 ultrapassou US\$ 7,0 bilhões.

OPERAÇÕES DE NEGÓCIOS (ONs)

As informações deste relatório são apresentadas em quatro Operações de Negócio (ON), conforme estabelecido na governança corporativa da Gerdau, a saber: • **ON Brasil (Operação de Negócio Brasil)** - inclui as operações no Brasil (exceto aços especiais) e a operação de minério de ferro no Brasil; • **ON América do Norte (Operação de Negócio América do Norte)** - inclui todas as operações na América do Norte (Canadá, Estados Unidos e México), exceto aços especiais, além das empresas de controle conjunto e coligada, ambas localizadas no México; • **ON América do Sul (Operação de Negócio América do Sul)** - inclui todas as operações na América do Sul (Argentina, Peru, Uruguai e Venezuela), exceto as operações do Brasil, além das empresas de controle conjunto na República Dominicana e na Colômbia; • **ON Aços Especiais (Operação de Negócio Aços Especiais)** - inclui as operações de aços especiais no Brasil e nos Estados Unidos.

ON BRASIL	2018	2017	Δ
Volumes (1.000 toneladas)			
Produção de aço bruto	5.845	6.131	-4,7%
Vendas totais	5.535	5.608	-1,3%
Mercado Interno	3.951	3.617	9,2%
Exportações	1.585	1.991	-20,4%
Vendas de aços longos	4.079	4.261	-4,3%
Mercado Interno	2.683	2.584	3,8%
Exportações	1.396	1.677	-16,8%
Vendas de aços planos	1.457	1.347	8,1%
Mercado Interno	1.268	1.033	22,7%
Exportações	189	314	-39,8%
Resultados (R\$ milhões)			
Receita líquida ¹	15.745	12.563	25,3%
Mercado Interno	12.320	9.507	29,8%
Exportações	3.425	3.056	12,1%
Custo das vendas	(13.044)	(10.996)	18,6%
Lucro bruto	2.701	1.567	72,4%
Margem bruta (%)	17,2%	12,5%	
EBITDA	3.032	1.925	57,5%
Margem EBITDA (%)	19,3%	15,3%	

1 - Inclui receita de venda de minério de ferro.

A produção de aço bruto apresentou queda em 2018 em relação a 2017, em função da greve dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio no Brasil e da parada programada de manutenção do alto-forno 2, em Ouro Branco - MG. Já as vendas de aço no ano de 2018 apresentaram leve redução em relação a 2017, devido à queda das exportações. Por outro lado, é válido destacar o crescimento do mercado interno, com demanda proveniente da indústria e varejo da construção.

O aumento da receita líquida verificado em 2018 em relação a 2017 foi resultante da maior receita líquida por tonelada vendida, tanto no mercado interno quanto nas exportações, influenciada pelos melhores preços por tonelada vendida.

O custo das vendas em 2018, quando comparado com 2017, apresentou aumento em função dos maiores custos de insumos em geral.

O aumento lucro bruto e da margem bruta de 2017 para 2018 ocorreu em função da receita líquida por tonelada vendida ter mais que superado os maiores custos por tonelada vendida.

O EBITDA e a margem EBITDA, em 2018, quando comparados com 2017 apresentaram comportamento semelhante à evolução do lucro bruto e da margem bruta, com destaque para a melhor rentabilidade das exportações em 2018.

ON AMÉRICA DO NORTE	2018	2017	Δ
Volumes (1.000 toneladas)			
Produção de aço bruto	6.431	6.764	-4,9%
Vendas de aço	6.085	6.313	-3,6%
Resultados (R\$ milhões)			
Receita líquida	19.927	15.433	29,1%
Custo das vendas	(18.165)	(14.824)	22,5%
Lucro bruto	1.763	609	189,4%
Margem bruta (%)	8,8%	3,9%	
EBITDA	1.787	797	124,2%
Margem EBITDA (%)	9,0%	5,2%	

A queda na produção de aço bruto e nas vendas de aço ocorreu, principalmente, pela desconexão das operações de fio-máquina a partir de abril e das operações de vergalhões a partir de novembro, nos Estados Unidos. A receita líquida de 2018 aumentou em relação a 2017 devido à maior receita líquida por tonelada vendida, influenciada por melhores preços internacionais em 2018, mesmo com menores volumes vendidos em função das desconexões. O custo das vendas apresentou aumento em 2018 em relação a 2017, devido ao aumento dos insumos em geral. A melhora expressiva do lucro bruto e da margem bruta em 2018 em relação a 2017, ocorreu pela melhora do spread metálico no período, suportado por um crescimento econômico favorável para os setores de construção e indústria. O crescimento do EBITDA e da margem EBITDA, em 2018, comparado a 2017, foi similar ao crescimento do lucro bruto e da margem bruta no mesmo período comparado, sendo este o melhor EBITDA e a melhor margem EBITDA dos últimos 10 anos.

ON América do Sul	2018	2017	Δ
Volumes (1.000 toneladas)			
Produção de aço bruto	746	1.043	-28,5%
Vendas de aço	1.307	1.723	-24,2%
Resultados (R\$ milhões)			
Receita líquida	3.801	4.026	-5,6%
Custo das vendas	(3.231)	(3.523)	-8,3%
Lucro bruto	570	503	13,4%
Margem bruta (%)			

CONTINUAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	24	-	-	46.159.478	36.917.619
Custo das vendas.....	29	-	-	(40.010.100)	(33.312.995)
LUCRO BRUTO				6.149.378	3.604.624
Despesas com vendas.....	29	-	-	(570.431)	(524.965)
Provisão para risco de crédito.....	29	-	-	(9.914)	-
Despesas gerais e administrativas.....	29	(8.466)	(6.546)	(1.090.915)	(1.136.490)
Outras receitas operacionais.....	29	50	1.132	235.197	261.750
Outras despesas operacionais.....	29	(15.831)	(1.061)	(286.243)	(171.824)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos.....	28	-	-	-	(1.114.807)
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas.....	3.4	-	-	(414.507)	(721.682)
Reversão de passivos contingentes, líquido.....	17	-	-	-	929.711
Resultado da equivalência patrimonial.....	9	884.429	(139.218)	10.141	(34.597)
LUCRO (PREJUIZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS				860.182	1.091.720
Receitas financeiras.....	30	7.433	20.273	211.433	246.889
Despesas financeiras.....	30	(50.943)	(85.142)	(1.630.284)	(1.811.426)
Despesas na compra de <i>Bonds</i>	30	-	-	(223.925)	-
Variação cambial, líquida.....	30	-	-	(322.621)	(4.057)
Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido.....	17	-	-	-	369.819
Resultado de obrigação por compra de ações.....	30	-	6.691	-	6.691
Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros, líquido.....	30	-	-	32.092	(9.441)
LUCRO (PREJUIZO) ANTES DOS IMPOSTOS				816.672	(203.871)
Imposto de renda e contribuição social.....				-	-
Corrente.....	8	(17.662)	-	(646.871)	(313.758)
Diferido.....	8	-	585	798.160	18.951
LUCRO (PREJUIZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				799.010	(203.286)
ATRIBUÍDO À:					
Participação dos acionistas controladores.....				799.010	(203.286)
Participação dos acionistas não-controladores.....				1.441.680	(201.326)
				2.240.690	(404.612)
Lucro (Prejuízo) básico por ação - ordinária e preferencial - R\$.....	23	0,82	(0,21)	0,82	(0,21)
Lucro (Prejuízo) diluído por ação - ordinária e preferencial - R\$.....	23	0,75	(0,21)	0,75	(0,21)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa da atividade operacional					
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício.....	799.010	(203.286)	-	2.240.690	(404.612)
Ajustes para reconciliar o lucro/prejuízo líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização.....	28	11	11	1.891.825	2.092.562
Perda pela não recuperabilidade de ativos.....	29	-	-	-	1.114.807
Equivalência patrimonial.....	9	(884.429)	139.218	(10.141)	34.597
Variação cambial, líquida.....	30	-	-	322.621	4.057
(Ganhos) Perda com instrumentos financeiros, líquido.....	30	-	-	(32.092)	9.441
Benefícios pós-emprego.....	-	-	-	189.603	192.724
Planos de incentivos de longo prazo.....	-	-	-	41.186	35.576
Imposto de renda e contribuição social.....	8	17.662	(585)	(151.289)	294.807
Ganho na alienação de imóvel.....	-	-	-	(41.109)	(69.510)
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas.....	3.4	-	-	414.507	721.682
Provisão para risco de crédito.....	5	-	-	-	9.914
(Reversão) Provisão de passivos tributários, civis e trabalhistas.....	17	(7)	(1.706)	(56.416)	(111.987)
Reversão de passivos contingentes, líquido.....	17	-	-	-	(929.711)
Receita de juros de aplicações financeiras.....	30	(3.315)	(14.853)	(53.060)	(90.240)
Despesa de juros sobre dívidas financeiras.....	30	37.673	71.897	1.215.359	1.395.345
Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido.....	17	-	-	-	(369.819)
Resultado de obrigação por compra de ações.....	30	-	(6.691)	-	(6.691)
Juros sobre mútuos com empresas ligadas.....	18	-	-	-	(95)
Provisão (Reversão) para ajuste ao valor líquido realizável de estoque, líquido.....	6	-	-	(545)	(928)
				(33.395)	(15.995)
Varição de ativos e passivos:					
Redução (Aumento) de contas a receber.....	-	-	-	71.631	(54.690)
Aumento de estoques.....	-	-	-	(2.427.473)	(1.269.455)
Aumento (Redução) de contas a pagar.....	19	(21)	900.407	800.143	800.143
Redução (Aumento) de outros ativos.....	176	(2.839)	(118.812)	(374.583)	(374.583)
Aumento (Redução) de outros passivos.....	15.932	822	(1.060.216)	19.079	19.079
Recebimento de dividendos/juros sobre o capital próprio.....	226.719	32.668	55.357	40.644	40.644
Aplicações financeiras de títulos para negociação.....	(106.517)	(167.026)	(1.512.123)	(2.390.104)	(2.390.104)
Resgate de aplicações financeiras de títulos para negociação.....	194.296	235.592	1.633.169	2.920.264	2.920.264
Compra de ações em tesourarias e financiamentos.....	(27.330)	(83.201)	(3.531.221)	(3.692.378)	(3.692.378)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social.....	(1.274)	-	(299.937)	(126.023)	(126.023)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais				268.601	(12.063)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adições de imobilizado.....	10	-	(1.194.934)	(873.329)	(873.329)
Recebimento pela venda de imobilizado, investimento e intangíveis.....	-	-	4.021.251	554.457	554.457
Adições de outros ativos intangíveis.....	12	-	(67.388)	(37.939)	(37.939)
Adiantamento para futuro investimento em participação societária em entidade contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.....	-	-	-	(375.456)	(178.670)
Pagamento na aquisição de controle de empresa.....	-	-	-	2.383.473	(535.481)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento				-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Compras de ações em tesourarias e financiamentos.....	-	-	-	(243.396)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos.....	(195.400)	(19.577)	(567.781)	(92.872)	(92.872)
Empréstimos e financiamentos obtidos.....	-	-	2.560.789	3.265.860	3.265.860
Pagamentos de empréstimos e financiamentos.....	(72.222)	(45.000)	(6.072.655)	(7.286.401)	(7.286.401)
Financiamentos com empresas ligadas, líquido.....	-	-	25.755	5.797	5.797
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos				(267.622)	(64.577)
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa.....	-	-	-	208.034	7.438
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa.....	979	(76.640)	335.784	(2.584.684)	(2.584.684)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	94	76.734	2.555.433	5.140.117	5.140.117
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício				1.073	94
				2.891.217	2.555.433

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017
Controladora	799.010	(203.286)
Lucro (Prejuízo) líquido apurado na demonstração dos resultados	799.010	(203.286)
Valores potencialmente reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados no futuro		
Outros resultados abrangentes de empresas controladas em conjunto e coligadas reconhecidas por equivalência patrimonial.....	48.251	(6.401)
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (*).....	911.087	153.882
Reclassificação para o resultado de ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (*).....	(311.405)	(29.217)
Perdas não realizadas em <i>hedge</i> de investimento líquido (*).....	(572.101)	(56.783)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa (*):.....		
Ganhos (Perdas) não realizados.....	4.535	(4.339)
	80.367	57.142

Valores potencialmente não reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados no futuro

Ganhos (Perdas) atuariais líquidas não realizadas com plano de pensão de benefício definido (*).....	58.593	(44.106)
	58.593	(44.106)

Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	138.960	13.036
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	937.970	(190.250)

	2018	2017
Consolidado	2.240.690	(404.612)
Lucro (Prejuízo) líquido apurado na demonstração consolidada dos resultados	2.240.690	(404.612)

Valores potencialmente reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados Consolidados no futuro

Outros resultados abrangentes de empresas controladas em conjunto e coligadas reconhecidas por equivalência patrimonial.....	125.719	(16.745)
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira.....	2.399.725	409.280
Reclassificação para o resultado de ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira.....	(811.276)	(76.430)
Perdas não realizadas em <i>hedge</i> de investimento líquido (*).....	(1.491.534)	(148.560)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa:.....		
Ganhos (Perdas) não realizados.....	11.947	(11.364)
	234.581	156.181

Valores potencialmente não reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados Consolidados no futuro

Ganhos (Perdas) atuariais líquidas não realizadas com plano de pensão de benefício definido (*).....	152.345	(115.880)
	152.345	(115.880)

Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	386.926	40.301
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	2.627.616	(364.311)

Total do resultado abrangente atribuído a:		
Participação dos acionistas controladores.....	937.970	(190.250)
Participação dos acionistas não-controladores.....	1.689.646	(174.061)
	2.627.616	(364.311)

(*) Correspondem a outros resultados abrangentes de controladas. Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos, quando aplicável. Os efeitos fiscais são apresentados líquidos de impostos na nota 8. As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	%	2017	%
ENTRADAS				
Receita bruta de produtos, serviços e outros ⁽¹⁾	50	71	50.540.016	40.345.637
Provisão para risco de crédito.....	-	-	(29.416)	(18.342)
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	-	-	1.218.933	917.589
Reversão de passivos contingentes, líquido.....	-	-	-	929.711
SÁIDAS				
Matéria-prima e materiais de uso e consumo, bruto de impostos.....	-	-	(32.996.736)	(26.279.114)
Serviços de terceiros.....	(9.442)	(4.831)	(5.327.212)	(3.964.738)
Perdas em operações com instrumentos controladas e coligada.....	-	-	(414.507)	(74.802)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos.....	-	-	-	(1.114.807)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(9.392)	(4.760)	12.991.078	10.094.254
(-) DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO	(111)	(111)	(1.891.253)	(2.092.562)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(9.403)	(4.771)	11.099.825	8.001.692
VALOR ADICIONADO DECORRENTE DE TRANSFERÊNCIAS				
Equivalência patrimonial.....	884.429	(139.218)	10.141	(34.597)
Receitas financeiras.....	7.433	20.273	211.433	246.889
Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido.....	-	-	-	369.819
Receitas de aluguel.....	-	-	18.603	15.285
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	882.459	100%	(123.716)	8.599.088
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Governos.....	32.506	3,7%	1.119	-0,9%
Impostos e contribuições federais.....	32.258	3,7%	983	-0,9%
Impostos e contribuições estaduais.....	-	0,0%	-	0,0%
Impostos e contribuições municipais.....	248	0,0%	136	0,0%
Colaboradores.....	-	0,0%	-	0,0%
Salários.....	-	0,0%	-	0,0%
Benefícios.....	-	0,0%	-	0,0%
Participação nos resultados.....	-	0,0%	-	0,0%
Financiadores ⁽²⁾	50.943	5,8%	78.451	63,4%
Atuários.....	244.477	27,7%	19.515	15,8%
Reinvestimento de lucros / (Absorção de Prejuízos).....	554.533	62,8%	(222.801)	180,1%
TOTAL	882.459	(123.716)	11.339.430	8.599.088

(1) Inclui descontos concedidos e outras receitas operacionais
(2) Inclui variações cambiais e monetárias e juros capitalizados
As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos acionistas controladores												
	Reserva de lucros				Resultado de operações em conjunto com acionistas não controladores		Ganhos e perdas em investimentos líquidos		Ajustes de avaliação patrimonial		Total da participação dos controladores	Participação dos acionistas não-controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva Inctivos legal	Investimentos e capital de Giro	Lucros acumulados	Investimento	Outros ajustes de conversão para moeda estrangeira	Ajustes cumulativos	Outros ajustes de avaliação patrimonial				
Saldo em 01/01/2017	7.901.390	(69.861)	123.578	273.240	-	(1.242.349)	(1.807.377)	3.479.736	(73.594)	8.584.763	14.769.585	23.354.348	
Alterações no Patrimônio Líquido em 2017													
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício.....	-	-	-	-	(203.286)	-	-	-	-	(203.286)	(201.326)	(404.612)	
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício.....	-	-	-	-	-	(56.783)	118.264	(48.445)	13.036				

CONTINUAÇÃO

Matco Cables SpA. Esta venda inclui três plantas de produção com capacidade instalada de 520 mil toneladas anuais de aço longos recitados e sua rede de distribuição do Chile, as quais eram apresentadas até a conclusão da venda dentro do segmento América do Sul. O valor econômico da transação corresponde a US\$ 154,1 milhões (equivalente a US\$ 594,2 milhões na data da conclusão da venda). Em 31/07/2018, a Companhia concluiu a venda de suas duas usinas hidrelétricas em Goiás, por R\$ 835 milhões, para Kinross Brasil Mineração, subsidiária integral da mineradora Kinross Gold Corporation. As usinas Caçu e Barra dos Coqueiros, inauguradas em 2010, têm capacidade instalada total de 155 MW. Em 31/10/2018, a Companhia concluiu a venda de sua participação societária na Gerdau Hungria KFT Y CIA Sociedad Regular Colectiva, uma subsidiária da Companhia localizada na Espanha e detentora de 98,89% das ações da Gerdau Steel India Ltd. para Blue Coral Investment Holdings Pte. Ltd e Mountinpeak Investment Holdings Ltd. A transação compreende 100% das suas operações e ativos na Índia, incluindo a unidade industrial de aço especiais localizada em Tadipatri, com capacidade anual instalada de 250 mil toneladas de aço bruto e 300 mil toneladas de aço laminado. O valor econômico da transação corresponde a US\$ 120 milhões (equivalente a R\$ 490,2 milhões na data da assinatura do contrato). A transação permitirá que a Gerdau se concentre maior no gerenciamento de seus ativos estratégicos nas Américas, onde seus principais mercados, o Brasil e os Estados Unidos, estão localizados. Em 05/11/2018, a Companhia concluiu a venda de quatro usinas produtoras de vergalhões, assim como unidades de corte e dobra de aço nos Estados Unidos, para a Commercial Metals Company (CMC). O acordo incluiu as usinas de Jacksonville (FL), Knoxville (TN), Rancho Cucamonga (CA) e Sayreville (NJ), assim como todas as unidades de corte e dobra da Gerdau nos Estados Unidos, com uma capacidade de produção combinada de 2,5 milhões de toneladas curtas por ano e que até a conclusão da venda eram apresentados dentro do segmento América do Norte. O valor econômico da transação é de US\$ 600 milhões (equivalente a R\$ 2.222,9 milhões), bem como ajustes de capital de giro. Como resultado das operações descritas acima, a Companhia reconheceu uma despesa de R\$ 414,5 milhões na linha de Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas (despesa de R\$ 721,7 milhões em 31/12/2017) em sua Demonstração dos Resultados.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e aplicações de liquidez imediata	1.073	94	2.884.417	2.544.994
Caixa e equivalentes de caixa	1.073	94	2.891.217	2.555.433
Títulos para negociação				
Aplicações financeiras	24.427	108.891	459.470	821.518

Aplicações de liquidez imediata contemplam aplicações com vencimento em até 90 dias, liquidez imediata e baixo risco de variação no valor justo. Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	2018	2017
Contas a receber de clientes - no Brasil	1.056.625	1.265.431
Contas a receber de clientes - exportações a partir do Brasil	373.593	139.162
Contas a receber de clientes - controladas no exterior	1.929.595	1.525.466
(-) Provisão para risco de crédito	(158.157)	(131.639)
	<u>3.201.656</u>	<u>2.798.420</u>

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Consolidado	
	2018	2017
Valores a vencer:	2.362.408	2.234.723
Vencidos:		
Até 30 dias	792.569	467.901
Entre 31 e 60 dias	63.294	96.852
Entre 61 e 90 dias	10.133	17.636
Entre 91 e 180 dias	22.261	27.841
Entre 181 e 360 dias	26.003	22.985
Acima de 360 dias	83.145	62.121
(-) Provisão para risco de crédito	(158.157)	(131.639)
	<u>3.201.656</u>	<u>2.798.420</u>

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida da provisão para risco de crédito, é o valor das contas a receber. A qualidade do crédito das contas a receber é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber de clientes encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito. A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo em 01/01/2017	(199.306)	
Créditos provisionados no exercício	98.474	
Créditos recuperados no exercício	(80.136)	
Créditos baixados definitivamente da posição	73.591	
Variação cambial	(276)	
Constituição de empresa com controle compartilhado	1.487	
Ativos mantidos para venda	11.207	
Saldo em 31/12/2017	(131.639)	
Créditos provisionados no exercício	(111.900)	
Créditos recuperados no exercício	101.986	
Créditos baixados definitivamente da posição	39.943	
Variação cambial	(5.136)	
Ajuste de adoção IFRS 9	(48.063)	
Ativos mantidos para venda (nota 3.4)	(3.348)	
Saldo em 31/12/2018	(158.157)	

NOTA 6 - ESTOQUES

	Consolidado	
	2018	2017
Produtos em elaboração	3.985.964	3.026.556
Produtos em elaboração	1.688.794	1.302.152
Matérias-primas	2.296.074	1.703.013
Matérias de almoxarifado	784.517	298.100
Importações em andamento	426.044	375.139
(-) Provisão p/ ajuste ao valor líquido realizável	(13.704)	(3.556)
	<u>9.167.689</u>	<u>6.701.404</u>

Os saldos da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques, cuja provisão e reversão tem como contrapartida o custo das vendas, estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo em 01/01/2017	(28.813)	
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	(25.545)	
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque	46.740	
Variação cambial	3.789	
Constituição de empresa com controle compartilhado	392	
Ativos mantidos para venda	881	
Saldo em 31/12/2017	(3.556)	
Reversão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	(11.943)	
Provisão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque	3.715	
Variação cambial	(871)	
Ativos mantidos para venda	(1.049)	
Saldo em 31/12/2018	(13.704)	

NOTA 7 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	-	-	291.027	155.096
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	-	-	95.700	91.229
Programa de Integração Social	-	-	23.473	20.242
Imposto sobre Produtos Industrializados	-	-	44.312	59.982
Imposto sobre Valor Agregado	-	-	32.967	48.139
Outros	77	77	39.949	27.818
			<u>527.428</u>	<u>402.506</u>
Não Circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	-	-	27.527	26.135
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	-	-	1.980	360
Programa de Integração Social e outros	-	-	2.558	4.346
			<u>29.065</u>	<u>30.841</u>
			<u>77</u>	<u>559.493</u>

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	Consolidado	
	2018	2017
2019	15.025	7.062
2020	10.846	5.762
2021	6.194	4.900
2022 em diante	<u>32.065</u>	<u>30.841</u>

NOTA 8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

No Brasil os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As alíquotas oficiais para IRPJ e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Além das alíquotas nacionais, conforme mencionado acima, a Companhia também está sujeita à tributação de impostos sobre a renda nas suas controladas no exterior, que variam entre 22,6% e 34,0%, sendo que existem controladas no exterior que possuem alíquota zero, as quais possuem principalmente atividades financeiras. As diferenças entre as alíquotas brasileiras e as alíquotas de outros países resultam em uma reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado na linha diferenças de alíquotas em empresas do exterior. a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	816.672	(203.871)	2.089.401	(109.805)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
(Despesa) Receita de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(277.668)	69.316	(710.396)	37.334
Ajustes dos impostos referente:				
- diferença de alíquotas em empresas do exterior	-	663.116	(183.787)	-
- equivalência patrimonial	300.706	(47.334)	3.448	(11.763)
- juros sobre o capital próprio *	(48.872)	-	128.418	113
- incentivos fiscais	528	-	10.059	23.185
- ganho de capital	-	-	(98.290)	-
- não constituição de ativos fiscais diferidos	-	(98.286)	-	-
- realização de ativos fiscais diferidos não constituídos	7.776	72.423	13.235	72.423
- diferenças permanentes (líquidas)	(132)	416	43.409	(35.736)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(17.662)	585	151.289	(294.807)
Corretivos	-	-	(646.871)	(313.758)
Diferidos	-	585	798.160	18.951

* A Lei Brasileira 9.249/95 prevê que a Companhia possa pagar Juros sobre Capital Próprio aos acionistas de forma adicional ou alternativa aos dividendos propostos, sujeita a limitações específicas, as quais resultam em dedução fiscal na determinação do imposto de renda e contribuição social. A limitação considera o maior entre: (i) TULP (taxa de juros de longo prazo) aplicado sobre o patrimônio líquido da Companhia; ou (ii) 50% do lucro líquido do exercício. Esta despesa não é reconhecida para fins da preparação das demonstrações financeiras e por esse motivo não impacta o lucro líquido.

b) Composição e movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

Saldo em 01/01/2017	Reconhecido no Resultado	Venda de Empresas e Reconhecido em Resultados Abrangentes		Saldo em 31/12/2018
		Controladas e Outros	Controladas e Outros	
Prejuízos fiscais	874.357	157.986	(29.946)	973.638
Base negativa de contribuição social	311.890	58.963	(15.071)	355.782
Provisão para passivos tributários civis e trabalhistas	755.198	(479.836)	101	275.463
Benefícios a empregados	432.537	(48.466)	(9.363)	282.803
Outras diferenças temporárias	350.765	(81.627)	92.171	410.300
Efeito de variação cambial diferida	1.251.542	(199.200)	8.185	1.060.527
Provisão para perdas	112.935	(2.208)	-	110.728
Alocação de ativos a valor justo	(1.077.430)	613.339	(51.606)	(497.534)
Ativo não-circulante	3.407.230	18.951	1.472	2.971.700
Passivo não-circulante	(395.436)	-	-	(395.436)

Saldo em 01/01/2017	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em Resultados Abrangentes		Saldo em 31/12/2018
		Controladas e Outros	Controladas e Outros	
Prejuízos fiscais	973.638	341.664	36.445	1.339.933
Base negativa de contribuição social	355.782	(18.524)	-	337.258
Provisão para passivos tributários civis e trabalhistas	275.463	(5.214)	168	270.417
Benefícios a empregados	282.803	(16.564)	67.184	266.494
Outras diferenças temporárias	410.300	93.094	17.177	520.518
Efeito de variação cambial diferida	1.060.527	223.850	-	1.284.377
Provisão para perdas	110.728	(33.165)	(12)	83.837
Alocação de ativos a valor justo	(497.534)	213.019	(89.859)	(372.448)
Ativo não-circulante	2.971.707	798.160	31.103	3.755.684
Passivo não-circulante	(395.436)	-	-	(395.436)

Os estudos de recuperabilidade dos saldos de impostos diferidos relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizados pela Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração estão fundamentados nos seus planos de negócio e alinhados com as demais projeções utilizadas pela Companhia como, por exemplo, nos testes de recuperabilidade de ativos.

c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:

	Ativo		Passivo	
	2018	2017	2018	2017
2018	-	326.356	-	(2.680)
2019	609.546	198.590	(18.055)	(6.116)
2020	585.047	400.597	(25.144)	(6.498)
2021	338.896	369.857	(13.548)	(4.745)
2022	306.130	168.125	(14.009)	(18.514)
2023 em diante	2.034.435	1.590.868	(47.612)	(44.133)
	<u>3.874.054</u>	<u>3.054.393</u>	<u>(118.368)</u>	<u>(82.686)</u>

d) Ativos fiscais não contabilizados: Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social em algumas empresas no Brasil, a Companhia não contabilizou uma porção de ativo fiscal de R\$ 994.838 (R\$ 1.049.977 em 31/12/2017), os quais não têm uma data final para expirar. As controladas da Companhia no exterior possuem R\$ 398.364 (R\$ 360.152 em 31/12/2017) de prejuízos fiscais sobre perdas de capital cujos ativos fiscais diferidos não foram contabilizados e que expiram entre 2029 e 2035 e várias perdas fiscais decorrentes de créditos estaduais no exterior totalizando R\$ 795.775 (R\$ 1.137.548 em 31/12/2017), que expiram em várias datas entre 2019 e 2038.

NOTA 9 - INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Gerdau S.A.		Total	
	2018	2017	2018	2017
Resultado da equivalência patrimonial	139.218	(139.218)	139.218	(139.218)
Ajustes de avaliação patrimonial	16.257	16.257	16.257	16.257
Permuta de ações (I)	(319.549)	(319.549)	(319.549)	(319.549)
Incorporação de investimentos	(32.688)	(32.688)	(32.688)	(32.688)
Alienação de investimento	8.578	8.578	8.578	8.578
Saldo em 31/12/2017	9.038.468	9.038.468	9.038.468	9.038.468
Resultado da equivalência patrimonial	884.429	884.429	884.429	884.429
Ajustes de avaliação patrimonial	228.428	228.428	228.428	228.428
Permuta de ações	(10)	(10)	(10)	(10)
Dividendos/juros sobre capital próprio	(313.617)	(313.617)	(313.617)	(313.617)
Efeito de aumento de participação em controladas	73.576	73.576	73.576	73.576
Saldo em 31/12/2018	9.911.274	9.911.274	9.911.274	9.911.274

Em 08/03/2017, a Metalúrgica Gerdau e o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") celebraram uma operação não caixa através de Contrato de Permuta de Ações de Emissão da Gerdau S.A. regulando a permuta das 34.209.522 ações ordinárias de emissão da Gerdau S.A. (GGBR3) detidas pelo BTG Pactual por 33.358.668 ações preferenciais de emissão da Gerdau S.A. (GGBR4) detidas pela Metalúrgica Gerdau, equivalente a R\$ 319.549. A relação de permuta estabelecida no Contrato de Permuta correspondeu a 1 ação ordinária de emissão da Gerdau S.A. (GGBR3) para cada 0,9751 ação preferencial de emissão da Gerdau S.A. (GGBR4). Em 22/08/2017, no âmbito da oferta pública de aquisição de ações por aumento de participação mediante a permuta de ações ordinárias por ações preferenciais de emissão da Gerdau S.A. (OPA), foi realizado com sucesso, o leilão da Oferta, no sistema de negociação da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, nos termos do edital da OPA publicado em 21/07/2017. Como resultado do Leilão, a Metalúrgica Gerdau S.A. adquiriu 70.714.542 ações ordinárias (GGBR3) de emissão da Gerdau S.A., representativas de 80,35% do total de ações objeto da OPA e 4,11% do capital social da Gerdau S.A. As ações foram adquiridas mediante permuta por 70.714.542 ações preferenciais (GGBR4) de emissão da Gerdau S.A. A liquidação da OPA ocorreu mediante a permuta de ações ordinárias por ações preferenciais em 25/08/2017 e, de acordo com a regulamentação aplicável e com o Edital, a partir de 23/08/2017 e durante o período de três meses seguintes ao Leilão, ou seja, de 23/08/2017 a 23/11/2017 (inclusive), qualquer acionista titular de ações ordinárias de emissão da Gerdau S.A. que deseje permutar suas ações poderá seguir com o procedimento descrito no Edital.

	Investimentos na América do Norte		Investimentos na América do Sul		Investimentos em Ações Especiais		Outros		Total
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	
Saldo em 01/01/2017	303.526	404.522	-	-	-	-	90.796	798.844	
Resultado da equivalência patrimonial	(111.581)	41.553	15.460	19.971	(34.597)				
Ajustes de avaliação patrimonial	(

CONTINUAÇÃO

NOTA 15 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais - a Metalúrgica Gerdau S.A. e suas controladoras mantêm operações com instrumentos financeiros e riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas a Aplicações financeiras, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures, Partes relacionadas, Ganhos não realizados com instrumentos financeiros, Perdas não realizadas com instrumentos financeiros, Obrigações com FIDC, Outros ativos circulantes, Outros ativos não-circulantes, Outros passivos circulantes e Outros passivos não-circulantes. A Companhia utiliza instrumentos derivativos e não derivativos como *hedges* de determinadas operações e aplica a metodologia de contabilidade de *hedje (hedje accounting)* para algumas dessas transações. Estas operações não são conduzidas com propósitos especulativos e têm por objetivo a proteção da Companhia contra variações das taxas de câmbio de empréstimos denominados em moeda estrangeira e flutuações de taxas de juros.

b) Valor justo - o valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

	Controladora 2017				Consolidado 2017			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos								
Aplicações financeiras.....	24.427	24.427	108.891	108.891	459.470	459.470	821.518	821.518
Partes relacionadas.....	-	-	-	-	27.939	27.939	51.839	51.839
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros.....	-	-	-	-	33.417	33.417	-	-
Outros ativos circulantes.....	372	372	1.032	1.032	780.794	780.794	470.767	470.767
Outros ativos não-circulantes.....	320	320	33	33	449.912	449.912	543.006	543.006
Passivos								
Empréstimos e Financiamentos.....	398.691	398.691	454.277	454.277	13.766.532	13.766.532	16.915.933	17.556.789
Debêntures.....	250.159	250.159	253.370	253.370	1.789.033	1.789.033	301.297	301.297
Partes relacionadas.....	-	-	-	-	1.350	1.350	-	-
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros.....	-	-	-	-	5.245	5.245	1.267	1.267
Obrigações com FIDC.....	-	-	-	-	938.526	938.526	1.135.077	1.135.077
Outros passivos circulantes.....	163	163	102	102	989.131	989.131	625.511	625.511
Outros passivos não-circulantes.....	287	287	-	-	474.952	474.952	544.779	544.779

O valor justo de Empréstimos e Financiamentos são baseados em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros, que são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo seu valor de livros, são substancialmente similares a aqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Entretanto, uma vez que não existe mercado ativo para estes instrumentos, diferenças podem existir se forem liquidados antecipadamente. Mas como o valor justo dos instrumentos financeiros acima é apresentada na nota 15.c) **Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas: Risco de preço das commodities:** é o risco do efeito de flutuações nos preços dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em razão de operar num mercado de *commodities*, a Companhia poderá ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional. **Risco de taxas de juros:** é o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como *Libor* e CDI. Desta forma, a Companhia pode contratar swaps de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco. **Risco de taxa de câmbio:** é o risco do efeito de flutuações das taxas de câmbio no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que as contas a receber originadas por exportações, seu caixa e equivalentes de caixa denominados em moeda estrangeira e os investimentos no exterior mais do que equivalem a seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mas como o gerenciamento dessas exposições ocorre também para cada operação, havendo um descasamento entre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio. **Risco de crédito:** esse risco advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Caso clientes sejam classificados por agência independente, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agência de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de adção de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito. **Risco de gerenciamento de capital:** advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido), baseada em políticas internas e *benchmarks*. O nível de alavancagem financeira é definido pelo indicador Dívida Líquida sobre EBITDA. A Dívida Líquida é formada pelo principal da dívida reduzida pelo caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (notas 4, 13 e 14). O outro indicador chave adicionado recentemente é o valor de Dívida Bruta máxima que a tica e o objetivo de limitar o endividamento em diferentes momentos do ciclo financeiro. A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado. No longo prazo, a Companhia busca manter-se dentro dos parâmetros abaixo, admitindo variações pontuais no curto prazo:

Dívida Líquida/EBITDA.....	entre 1,0x a 1,5x
Limite nominal da Dívida Bruta.....	R\$ 12 Bilhões
Prazo Médio.....	> 6 anos

Estes indicadores chave são usados para monitorar os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperabilidade de ativos. **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos Empréstimos e financiamentos e Debêntures são apresentados nas notas 13 e 14, respectivamente.

	Controladora 2018					
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Obrigações contratuais						
Fornecedores.....	19	19	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos.....	428.446	428.446	-	-	-	-
Debêntures.....	251.831	251.831	-	-	-	-
Outros passivos circulantes.....	163	163	-	-	-	-
Outros passivos não-circulantes.....	287	-	287	-	-	-
	680.746	680.459	287	-	-	-
Controladora 2017						
Obrigações contratuais						
Empréstimos e financiamentos.....	502.127	37.105	465.022	-	-	-
Debêntures.....	276.000	26.784	249.216	-	-	-
Outros passivos circulantes.....	102	102	-	-	-	-
Outros passivos não-circulantes.....	778.229	63.991	714.238	-	-	-
Consolidado 2018						
Obrigações contratuais						
Fornecedores.....	4.119.074	4.119.074	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos.....	21.042.179	3.245.792	5.053.827	2.509.962	10.232.598	-
Debêntures.....	2.192.306	356.827	231.817	1.600.632	3.030	-
Partes relacionadas.....	1.350	1.350	-	-	-	-
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros.....	5.245	5.245	-	-	-	-
Obrigações com FIDC.....	938.526	-	-	-	938.526	-
Outros passivos circulantes.....	989.131	989.131	-	-	-	-
Outros passivos não-circulantes.....	474.952	-	13.295	-	461.657	-
	29.762.763	8.717.419	5.298.939	4.110.594	11.635.811	-

d) Instrumentos financeiros por categoria: Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

31/12/2018	Controladora				Consolidado			
	Custo amortizado	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Ativos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Ativos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Ativos								
Aplicações financeiras.....	-	24.427	-	24.427	-	459.470	-	459.470
Partes relacionadas.....	-	-	-	-	27.939	-	-	27.939
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros.....	-	-	-	-	-	33.417	-	33.417
Outros ativos circulantes.....	372	-	372	780.794	-	780.794	-	780.794
Outros ativos não-circulantes.....	320	-	320	369.674	80.238	449.912	-	449.912
Total	692	24.427	25.119	1.178.407	539.708	33.417	1.751.532	
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2018								
	4.110	3.323	7.433	633.860	118.404	-	752.264	-

31/12/2017	Controladora				Consolidado			
	Custo amortizado	Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Custo amortizado	Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Custo amortizado	Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Custo amortizado	Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado
Passivos								
Empréstimos e Financiamentos.....	398.691	398.691	-	13.766.532	13.766.532	-	-	-
Debêntures.....	250.159	250.159	-	1.789.033	1.789.033	-	-	-
Partes relacionadas.....	-	-	-	1.350	1.350	-	-	-
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros.....	-	-	-	5.245	5.245	-	-	-
Obrigações com FIDC.....	-	-	-	938.526	938.526	-	-	-
Outros passivos circulantes.....	163	163	-	989.131	989.131	-	-	-
Outros passivos não-circulantes.....	287	287	-	474.952	474.952	-	-	-
Total	649.300	649.300	5.245	17.959.524	17.964.769	2.685.569	2.685.569	
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2017								
	(50.943)	(50.943)	(17.484)	(2.668.085)	(2.685.569)	-	-	-

31/12/2017	Controladora				Consolidado			
	Empréstimos e recebíveis	Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado
Ativos								
Aplicações financeiras.....	-	108.891	-	108.891	-	821.518	-	821.518
Contas a receber de clientes.....	-	-	-	2.798.420	-	2.798.420	-	2.798.420
Partes relacionadas.....	-	-	-	51.839	-	51.839	-	51.839
Outros ativos circulantes.....	1.032	-	1.032	470.767	-	470.767	-	470.767
Outros ativos não-circulantes.....	33	-	33	462.768	80.238	543.006	-	543.006
Total	1.065	108.891	109.956	3.783.794	901.756	4.638.550	1.437.912	5.447.779
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2017								
	(51.007)	16.560	(34.447)	126.458	103.802	230.260	-	-

31/12/2017	Controladora				Consolidado			
	Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Outros passivos financeiros ao custo amortizados	Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Outros passivos financeiros ao custo amortizados	Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Outros passivos financeiros ao custo amortizados	Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Outros passivos financeiros ao custo amortizados
Passivos								
Empréstimos e Financiamentos.....	-	454.277	-	454.277	-	16.915.933	-	16.915.933
Debêntures.....	-	253.370	-	253.370	-	301.297	-	301.297
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros.....	-	-	-	1.267	-	1.267	-	1.267
Obrigações com FIDC.....	-	-	-	-	1.135.077	1.135.077	-	1,135.077
Outros passivos circulantes.....	102	102	-	625.511	-	625.511	-	625.511
Outros passivos não-circulantes.....	-	-	-	544.779	-	544.779	-	544.779
Total	-	707.749	707.749	1.267	19.522.597	19.523.864	1.437.912	19.523.864
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2017								
	61.426	(85.157)	(23.731)	48.923	(1.480.709)	(1.431.786)	-	-

Em 31/12/2018, a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos como *swaps* de taxas de juros e *contracts a termo* de Dólar. Destes instrumentos, parte está classificada como *hedje* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*) e sua efetividade pode ser mensurada, tendo suas perdas e/ou ganhos não realizados classificados diretamente em Outros Resultados Abrangentes. Os demais instrumentos financeiros derivativos tiveram suas perdas e/ou ganhos realizados e não realizados apresentados na Conta Ganhos (Perdas) com Instrumentos Financeiros, líquido na Demonstração Consolidada dos Resultados. **e) Operações com instrumentos financeiros derivativos: Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** a fim de executar sua estratégia de crescimento sustentável, a Companhia implementa estratégias de gerenciamento de risco com o objetivo de mitigar os riscos de mercado. O objetivo da Companhia ao contratar operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes. Todos os instrumentos derivativos em vigor são revisados mensalmente pelo Comitê de Riscos Financeiros, que valida o valor justo de tais instrumentos. Todos os ganhos e perdas dos instrumentos derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia. **Política de uso de derivativos:** a Companhia está exposta a vários riscos de mercado, entre os quais, a flutuação das taxas de câmbio, taxas de juros e preços de *commodities*. A Companhia utiliza derivativos e outros instrumentos financeiros para reduzir o impacto de tais riscos no valor de seus ativos e passivos financeiros ou fluxo de caixa e receitas futuras. A Companhia estabeleceu políticas para verificar os riscos de mercado e para aprovar a utilização de operações de instrumentos financeiros derivativos relacionados a estes riscos. A Companhia contrata operações de instrumentos financeiros exclusivamente para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos. Instrumentos financeiros derivativos são somente utilizados quando eles possuem uma posição correspondente (ativo ou passivo descoberto), proveniente das operações de negócios, investimentos e financiamentos da Companhia. **Política de valor justo:** o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e outras técnicas de valoração, dentre as quais preços futuros e curvas de mercado. As operações de derivativos podem incluir: *swaps* de taxas de juros e/ou de moeda, *contracts futuros* de moeda e *contracts* de opções de moeda. **Contratos de Swap:** A Companhia contratou operações de *Cross Currency Swaps*, qualificadas ou não como *hedje* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), através das quais recebe uma taxa de juros variável baseada na *Libor* e/ou taxa fixa em Dólar e paga uma taxa de juros fixa ou flutuante baseada na moeda local. A Companhia também contratou operação de *swap* Pré x DI, através da qual recebe uma taxa de juros fixa e paga uma taxa de juros flutuante, ambas em moeda local. As contrapartes destas operações são instituições financeiras com baixo risco de crédito. Os instrumentos derivativos podem ser resumidos e categorizados da seguinte forma:

Contratos de Proteção	Posição	Consolidado			
		Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	
Patrimonial					
Contratos futuros de Dólar					
Vencimento em 2019.....	comprado em US\$	US\$ 19,2 milhões	-	-	(4.069)
Vencimento em 2019.....	vendido em US\$	US\$ 18,3 milhões	-	462	(1.176)
Contratos cross currency swap					
Vencimento em 2018.....	INR 10,17%	US\$ 40,0 milhões	-	-	(1.267)
Vencimento em 2019.....	CDI 111,50%	R\$ 230,5 milhões	-	30.249	-
Contratos swap de taxa de juros					
Vencimento em 2020.....	CDI 111,50%	R\$ 50,0 milhões	-	2.706	-

Total valor justo instrumentos financeiros	33.417	(5.245)	(1.267)
Os testes prospectivos e retrospectivos demonstraram a efetividade destes instrumentos.			
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	2018	2017	
Ativo circulante.....	30.711	-	-
Ativo não-circulante.....	2.706	-	-
	33.417		
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros			
Passivo circulante.....	(5.245)	-	-
Passivo não-circulante.....	(1.267)	-	-
	(6.512)		
Demonstração do Resultado	2018	2017	
Ganho com instrumentos financeiros.....	49.576	9.666	-
Perda com instrumentos financeiros.....	(17.484)	(19.107)	-
	32.092	(9.441)	

f) Hedge de investimento líquido (Net investment hedge): A Companhia optou por designar como *hedje* parte dos investimentos líquidos em controladas no exterior em contrapartida às operações de *Ten/Thirty Years Bonds*. Como consequência, o efeito da variação cambial dessas dívidas tem sido reconhecido na Demonstração dos Resultados Abrangentes. A variação cambial gerada sobre as operações de *Ten/Thirty Years Bonds* no montante de US\$

CONTINUAÇÃO

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Alterações não caixa	Variação cambial e outros	Saldo em 31/12/2018
Emprestimos, Financiamentos, Debêntures e Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	707.647	(72.222)	(27.355)	37.673	3.107	648.850	
Controladora	Saldo em 01/01/2017	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Alterações não caixa	Variação cambial e outros	Saldo em 31/12/2017
Emprestimos, Financiamentos, Debêntures e Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	1.202.076	(45.000)	(95.264)	71.897	(426.062)	707.647	
Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial, baixa por venda de empresa controlada e outros	Saldo em 31/12/2018	
Partes Relacionadas, líquidas	(51.839)	25.755		(355)	40	(26.589)	
Emprestimos, Financiamentos, Debêntures e Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	17.218.497	(3.511.866)	(1.189.719)	1.215.359	1.823.294	15.555.565	
Consolidado	Saldo em 01/01/2017	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial, baixa por venda de empresa controlada e outros	Saldo em 31/12/2017	
Partes Relacionadas, líquidas	(67.541)	5.797		(95)	29	(61.839)	
Emprestimos, Financiamentos, Debêntures e Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	21.778.942	(4.020.541)	(1.425.380)	1.395.345	(509.869)	17.218.497	

NOTA 16 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora	Consolidado
	2018	2017
Encargos sociais sobre folha de pagamento	-	58.907
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	-	25.385
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	16	32
Imposto sobre Produtos Industrializados	-	14.378
Imposto sobre valor agregado e outros	108	31
	124	63

NOTA 17 - PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E ATIVOS CONTINGENTES

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas. A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
	2018	2017
a) Provisões tributárias	-	268.009
b) Provisões trabalhistas	1.692	1.693
c) Provisões cíveis	-	5
	1.692	1.698

a) Provisões tributárias: A Companhia e suas controladas são autoras em ações judiciais referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, para as quais vinham realizando depósitos judiciais e provisões contábeis dos valores em discussão, atualizados, em ambos os casos, pela taxa SELIC que referiam-se aos valores não liquidados de PIS e COFINS desde 2009, cuja exigibilidade estava integralmente suspensa, em função da realização dos referidos depósitos. Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou processo relacionado a esse assunto, e, por 6 votos a 4, foi tomada a seguinte decisão: "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS". A decisão tomada pelo STF, a princípio, produz efeitos em todos os processos judiciais em curso, em função de sua repercussão geral. Contudo, após a publicação do acórdão em 02/10/2017, a Procuradoria da Fazenda Nacional opôs recurso de embargos de declaração, alegando que a decisão do Supremo foi omissa em determinados pontos, e requereu a modulação dos efeitos da decisão, o que pode limitar a produção dos seus efeitos para os contribuintes. De acordo com o parágrafo 14 do CPC 25 e IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão é reconhecida apenas quando "seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação" dentre outros requisitos. Em 31 de março de 2017, a Companhia, baseada (i) na conclusão do referido julgamento pelo Plenário STF no Recurso Extraordinário de nº 574.706/RG com repercussão geral, que decidiu pela inconstitucionalidade da norma do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, e (ii) nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), realizou a reversão da provisão contábil registrada em 31/12/2018, no montante de R\$ 1.763.085. A Companhia e suas controladas, líquido (Resultado Operacional) e R\$ 369.819, na linha de Reversão de atualizações de passivos contingentes, líquido (Resultado Financeiro), em sua Demonstração dos Resultados. A decisão da Companhia está amparada pelo posicionamento dos seus assessores jurídicos, que, ao reavaliar a probabilidade de perda nas ações em curso relacionadas ao tema, concluíram que a probabilidade de perda, quanto ao julgamento do mérito nas referidas ações, passou a ser remota, a partir da mencionada decisão. A Companhia enfatiza, contudo, que, em função da possibilidade de que o STF entenda como presentes os requisitos para aplicação de modulação ao caso, e de que a aplicação de tal instrumento resulte na liquidação dos efeitos da decisão já proferida, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações, nos termos do parágrafo 59 do CPC 25 e IAS 37. A depender, portanto, dos termos da modulação, conforme definidos pelo STF, a reavaliação poderá resultar na necessidade de constituição de novas provisões sobre este termo no futuro. O saldo de depósitos judiciais registrado em 31/12/2018, no montante de R\$ 1.763.085, refere-se à mesma discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, aguarda o encerramento processual das ações no judiciário para ser restituído à Companhia. As demais provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas a compensação de créditos de PIS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas. **b) Provisões trabalhistas:** A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista, individuais e coletivas e as discussões envolvem substancialmente pedidos de horas extras, adicional noturno, horas *in itinere*, adicionais de insalubridade e periculosidade, indenização por acidentes do trabalho, doença ocupacional e danos morais, entre outros. **c) Provisões cíveis:** A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, de natureza cível, que representavam em 31/12/2018 o montante indicado como provisão cível referente a essas ações. A movimentação da provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
	2018	2017
Saldo no início do exercício	1.698	3.404
(+) Adição	716	-
(-) Atualização monetária	977	(1.074)
(-) Reversão de passivos contingentes, líquido	-	-
(-) Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido	-	-
(-) Reversão de valores provisionados	(1.699)	(632)
(+/-) Efeito do câmbio sobre provisões em moeda estrangeira	-	(1.169)
(-) Constituição de empresa com controle compartilhado	-	(831)
Saldo no final do exercício	1.692	1.698

II) Passivos contingentes não provisionados: Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, os processos relacionados a seguir possuem expectativa de perda avaliada como provável (mas, não provável) e devido a esta provisão não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas contábeis. **a) Contingências Tributárias:** a) A Companhia e suas controladas Gerdau S.A., Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Acominas S.A., são partes em discussões que tratam de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 614.471. **a.2)** A Companhia e algumas de suas controladas no Brasil são partes em demandas que tratam de (i) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, substancialmente relativas a crédito de IPI sobre insumos, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 341.659, (ii) Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, substancialmente relativas a não homologação de compensação de créditos sobre insumos no total de R\$ 1.028.256, (iii) contribuições previdenciárias no total de R\$ 88.374 e (iv) outros tributos, cujo valor total atualizado importa hoje em R\$ 645.817. **a.3)** A Companhia e sua controlada Gerdau Aços Longos S.A. são partes em três processos administrativos relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte, cobrados sobre juros remetidos ao exterior, vinculados a financiamentos de exportação formalizados mediante Contratos de "Pré-pagamento de Exportações" (PPE) ou de "Recebimento Antecipado de Exportações" (RAE), no valor atualizado de R\$ 410.893, dos quais: (i) R\$ 125.365, corresponde a um processo da controlada Gerdau Aços Longos que teve seu recurso julgado na primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), ao qual foi negado provimento pelo voto de qualidade, por meio do acórdão publicado em 03/09/2018, em face do qual a Companhia opôs Embargos de Declaração que aguardam julgamento; (ii) R\$132.643, corresponde a um processo da controlada Gerdau Aços Longos que teve sua impugnação julgada improcedente e interps Recurso Voluntário à primeira instância do CARF, em 28/08/2018, o qual aguarda julgamento, e; (iii) R\$152.885, corresponde a um processo da Companhia, que teve sua impugnação julgada improcedente e interps Recurso Voluntário à primeira instância do CARF, em 31/08/2018, o qual aguarda julgamento. **a.4)** A Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.) e sua controlada Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. são partes em processos administrativos e judiciais relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no valor atualizado de R\$1.200.672. Tais processos dizem respeito a lucros gerados no exterior, dos quais: (i) R\$ 1.023.337, correspondem a dois processos da Controlada Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda., sendo que (i.a) R\$ 988.819 correspondem a um processo cuja discussão administrativa já se encerrou e atualmente se encontram em Execução Fiscal, em relação à qual a Companhia interps Embargos à Execução que se encontram pendentes de julgamento em primeira instância, e (i.b) R\$ 34.518 são remanescentes de uma autuação originariamente de R\$ 372.213 e correspondem a um processo parcialmente provido pela Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF (CSRF), em decisão publicada em 25/05/2017 e transferida em julgamento; atualmente o processo aguarda análise de matérias não analisadas anteriormente pela primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conforme determinado pela decisão da CSRF; e (ii) R\$ 177.335 correspondem a um processo da Companhia, que teve seu Recurso Voluntário julgado na primeira instância do CARF, ao qual foi negado provimento, razão pelo qual foi submetido a Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), conhecido parcialmente e pendente de julgamento. **a.5)** A Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.) e suas controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Acominas S.A., são partes em processos administrativos relativos à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei nº 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, decorrente da reorganização societária realizada em 2004/2005. O valor total atualizado das autuações importa em R\$ 7.062.878, dos quais: (i) R\$ 5.128.740 correspondem a quatro processos da Companhia e suas controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Acominas S.A., cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontram atualmente em fase de cobrança judicial, tendo as Companhias oferecido garantias judiciais, em sede de medida cautelar, mediante Seguro Garantia, e iniciais as discussões judiciais em Embargos à Execução, nos respectivos processos, sendo que, nos Embargos à Execução ajuizados pela Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), em 17/05/2018, foi proferida sentença julgando improcedente o lançamento fiscal, em face da qual a Fazenda Nacional interps recursos de Apelação que se encontra pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da 4ª Região; (ii) R\$ 629.753 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que teve seu Recurso Voluntário julgado na primeira instância do CARF em 18/09/2018, ao qual foi dado parcial provimento, estando pendente a intimação da Companhia para as providências cabíveis; (iii) R\$ 255.531 correspondem a um processo da Companhia e suas controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Acominas S.A., cujo julgamento foi suscitado em 20/09/2018 e em 20/09/2018, em processo de Agravo Regimental que aguarda julgamento; (iv) R\$ 100.686 correspondem a um processo da Companhia, na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), que teve sua impugnação julgada improcedente, por decisão da qual tomou conhecimento em 17/09/2018 e em face da interps Recurso Voluntário à primeira instância do CARF, atualmente pendente de julgamento; e (vii) R\$ 522.731 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que teve sua Impugnação julgada improcedente, por decisão da qual tomou conhecimento em 27/11/2018 e em face da qual interps Recurso Voluntário à primeira instância do CARF, atualmente pendente de julgamento. Os assessores jurídicos tributários da Companhia confirmam que os procedimentos adotados pela Companhia, com relação ao tratamento tributário dos lucros gerados no exterior e a dedutibilidade do ágio, que ensejaram os processos acima mencionados, observaram a estrita legalidade, e, portanto, tais processos não são classificados como perda provável (mas, não provável). Como relação à mencionada Operação Zaflores e outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos. Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos processos no Brasil ou de outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiro estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas.

CONTINUAÇÃO

Valor presente da obrigação de benefício definido	(272.959)	(316.364)
Passivo total líquido	(272.959)	(316.364)

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano de saúde foi a seguinte:

	2018	2017
Varição na obrigação de benefício		
Obrigação de benefício no início do exercício	316.364	305.447
Custo do serviço corrente	4.144	4.441
Custo financeiro	11.082	12.162
Custo do serviço passado	(40.740)	5.769
Contribuições dos participantes	1.496	1.556
Pagamento de benefícios	(18.655)	(14.230)
Remensurações	(40.841)	(14.452)
Varição cambial	40.109	15.671
Obrigação de benefício no final do exercício	272.959	316.364

	2018	2017
Varição nos ativos do plano		
Contribuições dos patrocinadores	17.159	12.572
Contribuições dos participantes	1.496	1.556
Pagamentos de benefícios	(18.655)	(14.230)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(18.655)	(14.230)

O histórico das remensurações atuariais do plano de saúde é o seguinte:

	2018	2017	2016	2015	2014
Valor presente da obrigação de benefício definido	(272.959)	(316.364)	(305.447)	(446.843)	(351.538)
Déficit	(272.959)	(316.364)	(305.447)	(446.843)	(351.538)
Ajustes de experiência nas obrigações de plano - Perda (Ganho)	(40.841)	(14.452)	(3.673)	(45.884)	42.345

As remensurações no plano de saúde reconhecidas na Demonstração dos resultados abrangentes são as seguintes:

	2018	2017
Remensurações	(40.841)	(14.452)
Remensurações reconhecidas nos Resultados Abrangentes	(40.841)	(14.452)

As premissas adotadas na contabilização dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	2018	2017
Taxa média de desconto	3,75% - 4,25%	3,25% - 3,50%
Tratamento de saúde - taxa assumida próximo ano	6,60% - 6,75%	6,88% - 7,80%
Tratamento de saúde - taxa assumida de declínio de custo a alcançar nos anos de 2026 a 2041	4,00% - 4,40%	4,00% - 4,50%

As premissas adotadas para os benefícios de saúde pós-emprego têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados para os planos de benefícios de saúde pós-emprego. A mudança de um ponto percentual sobre as taxas de benefícios de saúde pós-emprego assumidas teriam os seguintes efeitos:

	Aumento de 1 %	Redução de 1 %
Efeito sobre o total do custo do serviço e custo de juros	2.051	(1.612)
Efeito sobre as obrigações do plano de benefício	27.517	(22.743)

A composição acionária está assim representada:

	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Indac - Ind. Adm. e Com. S.A. e coligadas*	260.934.814	78,8	2.357.044	0,4	263.291.858	26,7
Investidores institucionais brasileiros	24.978.982	7,5	276.633.644	42,2	301.612.626	30,6
Investidores institucionais estrangeiros	361.667	0,1	192.117.809	29,3	192.479.476	19,5
Outros acionistas	44.981.219	13,6	177.056.268	27,1	222.037.487	22,6
Ações em tesouraria	-	-	6.258.200	1,0	6.258.200	0,6
	<u>331.256.682</u>	<u>100,0</u>	<u>654.422.965</u>	<u>100,0</u>	<u>985.679.647</u>	<u>100,0</u>

* As empresas Indac - Ind. Adm. e Com. Ltda. e Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda. são as controladoras da Companhia e a Stichting Gerdau Johannpeter é a entidade controladora da Companhia em última instância.

Em 31/12/2018 estão subscritas e integralizadas 331.256.682 ações ordinárias (330.071.442 em 31/12/2017) e 654.422.965 ações preferenciais (652.052.485 em 31/12/2017), totalizando o capital social realizado em R\$ 7.960.908 (R\$ 7.951.579 em 31/12/2017), líquido dos custos de aumento de capital. Conforme descrito na nota 14, a Companhia emitiu Debêntures Conversíveis ou Permutáveis e Adesões e como resultado das Conversões de ações realizadas até 31/12/2018, o Conselho de Administração da Companhia homologou aumentos de capital totalizando R\$ 200.293, decorrentes da conversão voluntária de 233.703 ações ordinárias e 48.665.406 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia.

b) Ações em tesouraria: A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	2018	2017
Saldo inicial	6.258.200	69.861
Saldo final	6.258.200	69.861

Em 31/12/2018, a Companhia mantém em tesouraria 6.258.200 ações preferenciais pelo valor de R\$ 69.861. Estas ações serão utilizadas para atender ao "Programa de Incentivo de Longo Prazo" da Companhia ou mantidas em tesouraria para posterior cancelamento. O custo médio de aquisição das ações preferenciais em tesouraria é de R\$ 11,16. **c) Reservas de lucros: I) Legal** - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. **II) Incentivos fiscais** - pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos. **III) Investimentos e Capital de Giro** - é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para uma reserva estatutária (Reserva de Investimentos e Capital de Giro). A reserva é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. **d) Ajustes de avaliação patrimonial** - são compostos pelos ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira, ganhos e perdas não realizadas em hedge de investimento líquido, ajustes de ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, despesa com plano de opções de ações reconhecido e pelas opções de ações exercidas e efeitos de acionistas não controladores sobre entidades consolidadas. Conforme descrito na nota 14, a Companhia emitiu Debêntures Conversíveis ou Permutáveis em Ações e devido ao componente de Patrimônio líquido nesta emissão de Debêntures, a Companhia registrou o montante de R\$ 40.732 como Ajuste de Avaliação Patrimonial, apresentado na linha "Componente de Patrimônio Líquido nas Debêntures emitidas" na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Em 31/12/2018, o saldo desta conta é de R\$ 4.374, devido ao efeito das conversões de debêntures em ações realizadas no exercício. **e) Dividendos e juros sobre o capital próprio** - os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. Não houve pagamento de juros sobre o capital próprio no Exercício 2018.

	2018	2017
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	795.010	(203.286)
Constituição da reserva legal	(39.590)	-
Recomposição da reserva de incentivos fiscais	(99.223)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	(6.544)	-
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	653.293	(203.286)
Juros sobre capital próprio e dividendos	(244.477)	(19.515)
Lucro (Prejuízo) líquido remanescente	408.816	(222.801)
Constituição de reserva de investimento e capital de giro	(408.816)	-
Absorção de prejuízo do exercício pela reserva de lucros - investimento e capital de giro	-	222.801

O lucro remanescente do exercício foi destinado à constituição de reserva estatutária de investimentos e capital de giro na forma do Estatuto Social. **Juros sobre capital próprio e dividendos:**

	2018	2017		
Período	Natureza	RS/ação	2018	2017
1º trimestre	Dividendos	0,04	977.216	21.055.028
2º trimestre	Dividendos	0,07	977.325	21.089.2018
3º trimestre	Dividendos	0,09	977.829	21.119.2018
4º trimestre	Dividendos	0,05	979.420	06/03/2019
Dividendos			244.477	19.515
Crédito por ação (RS)			0,25	0,02

NOTA 23 - LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

De acordo com a norma IAS 33 - Lucro por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) líquido com os montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

	2018	2017
Básico		
Ordinárias	270.334	270.334
Preferenciais	528.676	528.676
Total	799.010	799.010

	2018	2017
Denominador		
Média ponderada de ações deduzindo a média das ações em tesouraria	330.584.973	646.503.802
em tesouraria	330.584.973	646.503.802
em tesouraria - Básico	0,82	0,82

NOTA 26 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Informações por segmentos de negócio:

	Exercício findo em:											
	Operação Brasil		Operação América do Norte		Operação América do Sul		Operação Aços Especiais		Eliminações e ajustes		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita líquida de vendas	15.745.161	12.562.727	19.927.390	15.433.380	3.801.210	4.025.736	8.158.626	6.228.543	(1.472.909)	(1.332.767)	46.159.478	36.917.619
Custo das vendas	(13.044.433)	(10.996.383)	(18.164.834)	(14.823.590)	(3.230.952)	(3.523.394)	(7.064.608)	(5.301.172)	1.494.727	1.331.544	(40.010.100)	(33.312.995)
Lucro bruto	2.700.728	1.566.344	1.762.556	609.790	570.258	502.342	1.094.018	927.371	21.818	(1.223)	6.149.378	3.604.624
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(564.031)	(539.613)	(607.581)	(569.896)	(136.707)	(202.862)	(186.037)	(166.556)	(176.904)	(182.628)	(1.671.260)	(1.661.455)
Outras receitas (despesas) operacionais	(33.814)	(11.513)	19.114	29.113	(11.421)	11.260	10.081	14.989	(35.006)	46.077	(51.046)	89.926
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	(45.279)	-	(1.069.528)	-	-	-	-	-	-	-	(1.114.807)
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas	-	-	-	-	-	-	-	(414.507)	(721.682)	(414.507)	(721.682)	-
Reversão de passivos contingentes, líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	929.711	-	929.711
Resultado da equivalência patrimonial	(1.700)	-	(77.872)	(111.581)	51.648	41.554	15.629	15.460	22.436	19.970	10.141	(34.597)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	2.101.183	969.939	1.096.217	(1.111.902)	473.778	352.294	933.691	791.164	(582.163)	90.225	4.022.706	1.091.720
Resultado financeiro, líquido	(462.966)	(564.397)	(37.351)	(46.184)	(117.270)	(74.301)	(112.109)	(122.837)	(1.223.609)	(393.860)	(1.933.305)	(1.201.525)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	1.658.217	405.542	1.058.866	(1.158.086)	356.508	277.993	821.582	668.327	(1.805.772)	(303.581)	2.089.401	(109.805)
Imposto de renda e contribuição social	(410.651)	(103.263)	(224.897)	201.807	(86.667)	(123.552)	(191.386)	(192.902)	1.064.890	(76.897)	151.289	(294.807)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	1.247.566	302.279	833.969	(956.279)	269.841	154.441	630.196	475.425	(740.882)	(380.478)	2.240.690	(404.612)
Informações suplementares:												
Receita líquida de vendas entre segmentos	1.280.770	1.216.526	84.335	59.478	4.988	6.490	102.816	50.273	-	-	1.472.909	1.332.767
Depreciação/amortização	951.826	908.333	511.154	684.121	88.537	155.038	340.297	344.059	11	11	1.891.825	2.092.562
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	3.250	-	301.271	346.080	701.233	584.898	213.900	199.647	148.149	149.674	1.367.802	1.280.299
Ativos totais	17.473.039	17.051.262	14.659.926	14.872.755	4.421.487	5.208.265	8.825.831	8.834.041	5.964.134	4.385.457	51.344.416	50.351.780
Passivos totais	8.072.380	9.592.948	4.935.210	3.315.546	1.053.007	1.711.963	1.736.085	2.753.091	10.175.263	9.635.879	25.971.945	27.009.427

Os principais produtos por segmento de negócio são: Operação Brasil: vergalhões, barras, perfis e treliçados, tarugos, blocos, placas, fio-máquina, perfis estruturais e minério de ferro. Operação América do Norte: vergalhões, barras, fio-máquina, perfis estruturais pesados e leves. Operação América do Sul: vergalhões, barras e treliçados. Operação Aços Especiais: aços inoxidáveis, barras quadradas, redondas e chatas, fio-máquina. A coluna de eliminações e ajustes inclui as eliminações de vendas entre segmentos aplicáveis à Companhia no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas. A informação geográfica da Companhia com as receitas classificadas de acordo com a região geográfica de onde os produtos foram embarcados é a seguinte:

	Exercício findo em:									
	Brasil		América Latina (1)		América do Norte (2)		Ásia		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita líquida de vendas	17.284.473	13.450.378	4.785.281	4.769.526	23.524.381	18.142.218	565.343	555.497	46.159.478	36.917.619
Ativos totais	26.346.674	23.922.094	5.251.637	6.009.394	19.746.105	19.629.950	-	790.342	51.344.416	50.351.780

(1) Não inclui as operações do Brasil.

(2) Não inclui as operações do México.

d) Outros benefícios de aposentadoria e desligamento: Os valores referem-se a planos de aposentadoria e desligamento e visam à complementação salarial até a data de aposentadoria, a juro de custo e demais benefícios decorrentes do desligamento e da aposentadoria dos colaboradores. A Companhia estima que o saldo destes benefícios é de R\$ 26.502 em 31/12/2018 (R\$ 23.876 em 31/12/2017).

NOTA 20 - PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra, com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

	Consolidado	2018	2017
Provisão para passivos ambientais	132.647	85.191	
Parcela do Circulante	60.419	21.928	
Parcela do Não-circulante	72.228	63.263	

NOTA 21 - OBRIGAÇÕES COM FIDC - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITÓRIO

Parte dos ativos decorrentes dos julgamentos favoráveis dos créditos junto à Eletrobrás, mencionados na nota explicativa 17 iv, foram utilizados para constituição de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, constituído e devidamente autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários para funcionamento ("FIDC NP Barzel"), cujo valor justo na data de constituição do FIDC foi de aproximadamente R\$ 800 milhões. Em 14/07/2015, a cota única desse FIDC foi alienada em transação de aquisição de participações minoritárias em empresas controladas pela Gerdau S.A. A Companhia assegura ao FIDC, através de cláusula de ajuste de preço do contrato de cessão, rentabilidade mínima sobre o valor de cessão dos direitos creditórios sobre as ações judiciais. Em contrapartida, caso os valores recebidos nas ações judiciais sejam superiores ao valor de cessão, devidamente corrigidos, a Companhia terá direito a parte substancial desse ganho. Adicionalmente, a Companhia detém o direito de primeira oferta para recompra dos referidos direitos creditórios nas hipóteses de alienação pelo Fundo conforme contrato de cessão para o qual tem registrado R\$ 938.526 em 31/12/2018 (R\$ 1.135.077 em 31/12/2017) no Consolidado em "Obrigações com FIDC".

NOTA 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado de 500.000.000 ações ordinárias e 1.000.000.0

CONTINUAÇÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos administradores e acionistas da

Metalúrgica Gerdau S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Metalúrgica Gerdau S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Metalúrgica Gerdau S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Contingências tributárias e investigação no âmbito da Operação Zelotes - Controladora e Consolidado Veja a nota explicativa nº 17.II das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Determinadas controladas são partes em discussões cíveis que tratam, entre outros temas, de suposta violação da lei antitruste, no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), além de discussões tributárias que tratam do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, bem como demandas principalmente relacionadas a créditos sobre insumos vinculados ao Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Além disso, controladas são partes em processos administrativos e judiciais relativos à: glosa da dedutibilidade do ágio originado em reorganização societária ocorrida entre os anos de 2004 e 2005; e à tributação de lucros gerados no exterior.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas, e do desenho e efetividade dos controles internos chave relacionados a classificação de potencial risco de perdas dos processos administrativos e/ou judiciais, e dos julgamentos significativos utilizados para determinar os eventuais montantes a serem registrados ou divulgados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
A Administração e seus consultores jurídicos tributários entendem que, para as demandas acima mencionadas, a avaliação de risco de perda é possível - mas não provável - e, por esse motivo, não há o registro de provisões passivas relacionadas aos temas.	Com o auxílio de nossos especialistas legais, em determinados casos, examinamos os argumentos técnicos, pareceres fiscais e opiniões legais preparados pelos assessores tributários e/ou jurídicos independentes da Companhia e suas controladas e obtivemos confirmações externas sobre o estágio atual e classificação de risco envolvendo os casos descritos acima.
Adicionalmente, parte das decisões obtidas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF relacionadas aos processos vinculados à dedutibilidade dos ágios e à tributação de lucros no exterior, e outros temas envolvendo controladas, no âmbito da denominada Operação Zelotes, estão em processo de investigação por autoridades federais brasileiras, incluindo o Poder Judiciário, a fim de apurar supostas condutas ilícitas. Em tal contexto, a Companhia contratou assessores jurídicos independentes com o objetivo de realizar investigação para determinar, entre outros, se existe qualquer indício de fraude.	Com auxílio de nossos especialistas forenses, obtivemos o entendimento do escopo, da extensão, da metodologia, e avaliamos as documentações e conclusões obtidas pelos assessores jurídicos independentes, no âmbito da Operação Zelotes; adicionalmente, nos comunicamos com o Conselho de Administração da Companhia.
Consideramos esses temas como significativos em nossa de auditoria em função de sua complexidade, da magnitude de seus possíveis impactos e do elevado grau de julgamento envolvido na determinação dos riscos de perda, na mensuração dos valores divulgados nas notas explicativas e na interpretação das constatações dos assessores jurídicos independentes no contexto das investigações internas e seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos das contingências e as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e recuperabilidade de ativos fiscais diferidos - Controladora e Consolidado

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2018, os ativos consolidados da Companhia incluíam ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$ 9.112.390 mil, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, ativos imobilizados no montante de R\$ 15.547.094 mil, cujo valor recuperável deve ser avaliado sempre que existam indicadores de perda, e ativos fiscais diferidos consolidados no valor de R\$ 3.874.054 mil cujo reconhecimento contábil está vinculado à probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro que sejam suficientes para a sua recuperação. A avaliação sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados e ágio por expectativa de rentabilidade futura é suportada por análises de indicadores e estimativas de projeções futuras de fluxos de caixas, e a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos é suportada por análises e estimativas de geração futura de lucros tributáveis que levam em consideração os planos de negócios, orçamentos e projeções preparados pela Companhia e aprovados por órgãos de governança.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o teste do desenho e da efetividade dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, dos orçamentos e das análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia e suas controladas; e obtivemos o entendimento sobre alocação do ágio por expectativa de rentabilidade futura e ativos imobilizados às unidades geradoras de caixa (UGC).
Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e pelo impacto que eventuais alterações das premissas no período de projeção e na perpetuidade, poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas e tributárias, quando aplicável, analisamos as premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, incluindo as taxas de desconto, o crescimento das vendas, custos e despesas no período de projeção e na perpetuidade e premissas utilizadas para determinação dos fluxos de caixa descontados e os lucros tributáveis futuros, e avaliamos a consistência dos cálculos, comparando-os com informações de mercado disponíveis, com o desempenho efetivo e com previsões anteriores. Efetuamos também, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, uma análise independente de sensibilidade com o intuito de identificar em quais situações os fluxos de caixa descontados de cada UGC resultariam em valores recuperáveis iguais ou menores que o valor contábil dos ativos imobilizados e ágio por expectativa de rentabilidade futura.
	Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.
	Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis os valores do ágio, do ativo imobilizado e dos impostos diferidos ativos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações individual e consolidada do valor adicionado
Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2019


 KPMG Auditores Independentes
 CRC SP-014428/F-7

 Cristiano Jardim Seguecio
 Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Metalúrgica Gerdau S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de fevereiro de 2019. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da KPMG Auditores Independentes, datado de 20 de fevereiro de 2019, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019.

Aramis Sá de Andrade

Bolívar Charneski

Doris Beatriz França Wilhelm

Geraldo Toffanelo

Tarcísio Beuren

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
 CLAUDIO JOHANNPETER

Vice-Presidentes
 ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER
 GUILHERME CHAGAS GERDAU JOHANNPETER

Conselheiros
 RICHARD CHAGAS GERDAU JOHANNPETER
 AFFONSO CELSO PASTORE
 AOD CUNHA DE MORAES JÚNIOR
 FERNANDO FONTES IUNES

DIRETORIA

Diretor Presidente
 GUSTAVO WERNECK DA CUNHA

Diretor Vice-Presidente
 HARLEY LORENTZ SCARDOELLI

Diretores
 CESAR OBINO DA ROSA PERES
 FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO
 MARCOS EDUARDO FARACO WAHRHAFTIG
 MAURO DE PAULA

CLEMIR ÜHLEIN
 Contador CRC RS 044845/O-8/S/SP - CPF nº 424.614.210-72